

RESISTÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS E EXPERIMENTAÇÕES POLÍTICAS: PROBLEMATIZAÇÃO FILOSÓFICA DA TAZ (ZONAS AUTÔNOMAS TEMPORÁRIAS)

Alan dos Santos

RESUMO

O presente artigo pretende realizar uma apresentação do conceito de “resistência política” em Michel Foucault (isto é, o modo como ele abordou tal tema) para, em seguida, problematizar a estratégia política da TAZ (acrônimo inglês para *Zonas Autônomas Temporárias*), descrita por Hakim Bey, um curioso e intrigante ativista libertário estadunidense. Fazemos isso com um objetivo específico a realizar: pensar a resistência política não como um gesto de negação ou reação, mas, antes, como um ato de criação e/ou experimentação política. Para cumprir com este objetivo, recorreremos a alguns trabalhos de Foucault, que num texto datado de 1977 intitulado de *Poderes e Estratégias* descreveu a necessidade de distanciamento da “lógica dialética da contradição” e apontou um novo caminho para a prática das resistências contemporâneas. Segundo Foucault, as resistências, no contexto contemporâneo - segunda metade do século XX e início do século XXI -, se exercem mais como táticas e estratégias criativas e temporárias do que como gestos de negação ou contradição totalizantes. Para compreender o dinamismo processual dessas novas resistências recorreremos ao texto foucaultiano de 1982 intitulado de *O sujeito e o poder*, onde o filósofo francês descreveu os principais componentes do que ele chamou, na ocasião, de “lutas políticas contemporâneas”. Faremos uso desses componentes para problematizar, segundo uma perspectiva conceitual, a estratégia das *zonas autônomas temporárias*.

Palavras chaves: TAZ (zonas autônomas temporárias); problematização filosófica; resistência política; lutas políticas contemporâneas.

Introduzindo o problema das resistências políticas em Foucault

No ano de 1984 – o mesmo ano de sua morte prematura -, o filósofo francês Michel Foucault fora convidado a escrever um verbete sobre o seu próprio pensamento de forma anônima (ou seja, sem apresentar-se publicamente como o autor) para um dicionário de ciências humanas de grande circulação na França. Na ocasião, Foucault (2012c) explicou a trajetória de suas análises filosóficas e revelou àquele que sempre foi o seu problema de pesquisa, que recebeu contornos distintos em cada uma de suas obras¹: problematizar o sujeito em sua historicidade; investigar os “processos de subjetivação” criados pela cultura ocidental; estudar os diversos modos pelos quais os seres humanos tornam-se sujeitos em plena modernidade tardia e, portanto, desmistificar qualquer concepção essencialista (e abstrata) do ser humano.

No entanto, é inegável que Foucault tornou-se um pensador conhecido principalmente pela maneira como interpretou e descreveu as relações de poder existentes nas sociedades capitalistas contemporâneas. Foucault tratou do “poder pastoral”, do “poder soberano”, do “poder disciplinar”, do “biopoder” (apontou como origem deste as políticas liberais do século XVIII, em contraposição à soberania dos reis absolutistas), e ainda da “governamentalidade das condutas”; por conseguinte, tratou também das possibilidades de um autogoverno, uma autogestão de si como contramedida ao governo das condutas pelos mecanismos disciplinares e de controle.

Não pretendemos, nos limites desse artigo, recuperar a discussão foucaultiana sobre a multiplicidade de formas e técnicas exercidas pelos poderes nas sociedades ocidentais. Ao invés disso, gostaríamos de abordar um tema inerente à analítica foucaultiana do poder, sobretudo quando o filósofo francês define as relações de poder como “relação de forças”.

¹ Alfredo Veiga-Neto (2003), em seu livro intitulado de *Foucault & a Educação*, reconhece a existência de um problema de pesquisa principal em toda a trajetória filosófica de Michel Foucault, porém afirma que o filósofo francês atravessou, pelo menos, três momentos distintos, ou seja, lidou com o seu problema de pesquisa sob “três domínios complementares”: em primeiro lugar, um Foucault preocupado em problematizar o sujeito a partir de uma arqueologia dos saberes (ser-saber); depois, o mesmo problema – problematizar o sujeito -, mas a partir de uma genealogia dos poderes (ser-poder), e, por fim, um terceiro Foucault preocupado com a genealogia da ética e com as técnicas de produção de si (ser-consigo).

Trata-se, pois, do problema da “resistência política”. Ao descrever o poder como multiplicidade de forças, que variam desde técnicas de disciplinamento dos corpos individuais até a normalização da vida coletiva das populações, Foucault apontou a resistência ou as forças de resistência como um componente essencial das relações de poder, tal como se observa na citação abaixo, extraída de uma das muitas entrevistas concedidas por Foucault intitulada de *Poder e Saber*:

Quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, apela a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia, quanto maior for a resistência. De modo que é mais a luta perpétua e multiforme que procuro fazer aparecer do que a dominação morna e estável de um aparelho uniformizante. (FOUCAULT, 2012b, p. 227)

Compreender minuciosamente o que Foucault descreveu por “resistência” e também por “luta perpétua” na citação acima não é tarefa das mais fáceis justamente porque não se trata de algo acabado, uma hipótese conceitual acabada e definida. O contexto da citação é o de Foucault esclarecendo para os seus críticos que, ao espalhar para todos os lados e direções as relações de poder – ou seja, os embates de forças -, ele não suprimiu as possibilidades de resistência e de experimentações livres. Pelo contrário, ao espalhar e disseminar as relações de poder por todo o tecido social - gesto este que deu origem à análise microfísica dos poderes -, Foucault espalhou igualmente, e para as mesmas direções, possibilidades efetivas de resistência política, ainda que se possa questionar que resistências são essas, como elas se exercem, e quais são os seus objetivos concretos. Trata-se, portanto, de um alargamento dos espaços políticos e das ações políticas para todos os âmbitos da vida humana²:

² Sobre esta questão é relevante citar a existência do livro do filósofo holandês Luuk Van Middelaar intitulado de *Politicídio: o assassinato da política na Filosofia Francesa*, que sustenta a tese de que a filosofia francesa contemporânea - sobretudo os pensamentos de Michel Foucault e Gilles Deleuze - desfigurou abusivamente os espaços tradicionais da política, compreendendo aspectos políticos na linguística, na psicanálise, na medicina e até nas ciências naturais. O resultado consequente desse alargamento das ações políticas e dos espaços políticos é, segundo o autor, a morte da política representativa e das instituições políticas tradicionais na filosofia francesa contemporânea. Segundo Middelaar (2015), os escritos de Foucault e Deleuze não nos fornecem nenhuma conceituação sobre o que compreendemos consensual e historicamente por política. No entanto, afirma o filósofo holandês que esses mesmos pensadores franceses possuem a capacidade de enxergar elementos políticos em praticamente tudo o que abarca a vida humana, pois tudo tornou-se politizável. Este é o paradoxo que o livro de Middelaar procura abordar.

De fato, as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis. Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável. Com frequência se disse - os críticos me dirigiram esta censura - que, para mim, ao colocar o poder em toda a parte, excluo qualquer possibilidade de resistência. Mas é o contrário! (FOUCAULT, 2012b, p.227)

Disseminar por todos os lados da vida humana as relações de poder, ou mesmo tornar a vida humana algo politizável por completo não significa dizer que vivemos cercados por uma enorme grade de dominação irrefreável, uma espécie de obstrução total às nossas liberdades. Nesse sentido, para bem compreender as análises de Foucault é preciso distinguir os “estados de dominação” das “relações de poder”. As dominações são apenas uma parte das relações de poder. A outra parte são as estratégias ou as práticas de resistência. As resistências participam das relações de poder se opondo às dominações, e não mais reivindicando um lugar externo e distante dos poderes – um lugar digamos utópico e tranquilo para se viver. Resistir, segundo o pensamento de Foucault, não significa reagir ou recusar os poderes, mas sim exercer poder e estimular as forças de resistência contra as forças de dominação. Quando Foucault fala de relação de forças ou de embate de forças (ou ainda luta perpétua, como vimos numa citação anterior), ele se refere às forças de dominação se debatendo contra as forças de resistência e vice-versa. Dificilmente viveremos numa condição política distante dessa ininterrupta disputa de forças antagônicas³. Vejamos, nas palavras de Foucault, a distinção

³ No século XIX, o pensador francês Pierre-Joseph Proudhon fez um diagnóstico sobre a estrutura das sociedades semelhante ao raciocínio de Foucault sobre a disputa ininterrupta de forças antagônicas. Proudhon, no entanto, fez uso das expressões “autoridade” e “liberdade”, ao invés de “dominação” e “resistência”, como faz Foucault. Para Proudhon, todas as sociedades se caracterizam pelo relacionamento perpétuo entre as forças de autoridade e liberdade. As sociedades libertárias são aquelas que valorizam, em sua estrutura interna, as forças de liberdade; as sociedades autoritárias, por sua vez, são aquelas que valorizam as forças de autoridade. O trecho abaixo é bastante elucidativo sobre essa questão: “A ordem política repousa fundamentalmente em dois princípios contrários, a AUTORIDADE e a *Liberdade*: o primeiro iniciador, o segundo determinante; este tendo por corolário a liberdade de pensamento, aquele a fé que obedece. Contra esta primeira proposição, não penso que uma só voz possa levantar. A Autoridade e a Liberdade são tão antigas no mundo como a raça humana: nascem conosco, e perpetuam-se em cada um de nós. Notemos apenas uma coisa, a que poucos leitores atenderiam: estes dois princípios formam, por assim dizer, um par cujos dois termos, indissolavelmente ligados um ao outro, são contudo irreduzíveis um ao outro e permanecem, independentemente do que façamos, em luta perpétua. A Autoridade supõe necessariamente uma Liberdade que a reconheça ou a negue; a liberdade por seu lado, no sentido político do termo, supõe igualmente uma autoridade que lide com ela, a reprima ou a tolere. Suprima-se uma das duas, a outra não faz mais sentido: a autoridade, sem uma liberdade que discuta, resista ou se submeta, é uma palavra vã; a liberdade, sem uma autoridade que a equilibre, é um contra-senso (PROUDHON, 1996, p. 40).

conceitual entre estados de dominação e relações de poder, e também as relações estratégicas das resistências contra as dominações diversas:

É preciso introduzir [...] a noção de dominação. As análises que procuro fazer incidem essencialmente sobre as relações de poder. Considero isso como alguma coisa diferente dos estados de dominação. As relações de poder têm uma extensão consideravelmente grande nas relações humanas. Ora, isso não significa que o poder político esteja em toda parte, mas que, nas relações humanas, há todo um conjunto de relações de poder que podem ser exercidas entre indivíduos, no seio de uma família, em uma relação pedagógica, no corpo político. Essa análise das relações de poder constitui um campo extremamente complexo; ela às vezes encontra o que se pode chamar de fatos, ou estados de dominação, nos quais as relações de poder, em vez de serem móveis e permitirem aos diferentes parceiros uma estratégia que os modifique, se encontram bloqueadas e cristalizadas. Quando um indivíduo ou um grupo social chega a bloquear um campo de relações de poder, a torná-las imóveis e fixas e a impedir qualquer reversibilidade do movimento - por instrumentos que tanto podem ser econômicos quanto políticos ou militares -, estamos diante do que se pode chamar de um estado de dominação. (FOUCAULT, 2012d, p. 260-261)

Conforme argumenta Foucault na longa citação acima, as relações de poder suportam contrainvestidas, estratégias de reversão que as dominações buscam obstruir e imobilizar. Onde há muita incidência de dominação (seja dos homens sobre as mulheres, seja dominação de raça ou mesmo econômica, para citar alguns exemplos), as relações móveis de poder que mobilizam práticas de resistência estarão “bloqueadas e cristalizadas”. As dominações imobilizam as relações de força e impedem qualquer reversibilidade de movimento.

Como se vê, Foucault descreve as resistências como ações estratégicas, espécies de contrainvestidas, movimentos de reversão. Nas palavras do filósofo Gilles Deleuze (2011, p. 34), esta maneira foucaultiana de compreender as relações de poder e as estratégias de resistência inaugurou o ponto de partida teórico e prático para uma nova noção de *esquerdismo político*⁴.

Em entrevista com o próprio filósofo Gilles Deleuze, intitulada de *Os intelectuais e o poder* (2012e, p. 137), Foucault afirmou que pensamos as lutas políticas sob a luz da contradição e da negação porque ainda não sabemos (ou pelo menos não sabíamos) interpretar

⁴ Enfatizamos que se trata de uma nova concepção de “esquerdismo político” para não confundir o leitor (a) com a concepção pejorativa de *esquerdismo* baseada no livro do revolucionário marxista russo V. I. Lênin intitulado de *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*.

as relações de poder como jogos estratégicos, como um campo de enfrentamento e de luta entre forças sempre passíveis de quebras e desarmes, em suma, relações de forças que não se confundem necessariamente com práticas de dominação totalizantes. E esse embaraço intelectual sobre as lutas políticas se dá (ou se dava) porque faltava uma analítica do poder que não se confundisse com uma analítica da exploração ou mesmo da dominação.

Afinal de contas, foi preciso esperar o século XIX para saber o que era a exploração; mas talvez ainda não se saiba o que é o poder. E Marx e Freud talvez não sejam suficientes para nos ajudar a conhecer essa coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculta, investida em toda parte, que se chama poder. (FOUCAULT, 2012e, p. 137-138)

A ausência de uma analítica estratégica do poder fez com que as lutas políticas de esquerda ou anticapitalistas se prendesse – e uma grande parcela ainda hoje se prende - a fórmulas quiçá ultrapassadas de resistência política exercidas sobretudo pela lógica da contradição dialética, tal como destaca o trecho abaixo extraído do texto *Poderes e Estratégias*, de 1977:

Se admitimos que a forma ao mesmo tempo geral e concreta da luta é a contradição, é certo que tudo o que pode localizá-la, tudo o que permite compor com ela, terá valor de freio ou de bloqueio. Mas o problema é saber se a lógica da contradição pode servir de princípio de inteligibilidade e de regra de ação na luta política. Toca-se, aqui, em uma questão histórica considerável: como aconteceu que, a partir do século XIX, se tendesse tão constantemente a dissolver os problemas específicos da luta e de sua estratégia na lógica pobre da contradição? Há, para isso, toda uma série de razões que se deveria tentar analisar um dia. Em todo o caso, é preciso pensar a luta, suas formas, seus objetivos, seus meios, seus processos, segundo uma lógica que será liberada de coações esterilizantes da dialética. Para pensar o laço social, o pensamento político "burguês" do século XVIII se deu a forma jurídica do contrato. Para pensar a luta, o pensamento "revolucionário" do século XIX se deu a forma lógica da contradição: esta não vale mais do que a outra. Em contrapartida, os grandes Estados do século XIX se deram um pensamento estratégico, enquanto as lutas revolucionárias só pensaram sua estratégia de um modo muito conjuntural, e tentando sempre inscrevê-lo no horizonte da contradição. (FOUCAULT, 2012a, p. 245)

Para escapar das amarras reativas da contradição é preciso compreender as estratégias imanentes às relações de forças e, também, o próprio poder como enfrentamento estratégico de forças. Assim, poder-se-á compreender a sentença foucaultiana de que onde há poder há necessariamente resistência, ou pelo menos possibilidades efetivas de resistência.

[...] não há relações de poder sem resistências; [...] estas são tão mais reais e eficazes quanto mais se formem ali mesmo onde se exercem as relações de poder; a resistência ao poder não tem que vir de fora para ser real, mas ela não é pega na armadilha porque ela é compatriota do poder. Ela existe tanto mais quanto ela esteja ali onde está o poder; ela é, portanto, como ele, múltipla e integrável a estratégias globais. (FOUCAULT, 2012a, p. 244).

Pois bem, já demonstramos o quanto Foucault afirmou, em diversos momentos de sua produção filosófica, possibilidades concretas de resistência política que se exercem através de práticas estratégicas. No entanto, falta-nos uma “imagem” concreta dessa resistência. Foucault apontou um novo caminho para as resistências contemporâneas, porém nunca prescreveu um modelo a ser seguido – o que é bom, por um lado, mas prejudicial por outro por faltar casos concretos ou materialidade para a análise.

No texto intitulado de *O sujeito e o poder*, de 1982, Foucault (2013) chegou a descrever as principais características do que ele chamou de “lutas políticas contemporâneas” e/ou “resistências contemporâneas”. Faremos uso dessas características para problematizar a estratégia política e anarquista da TAZ (acrônimo para *Zonas Autônomas Temporárias*), descrita por Hakim Bey⁵. Acreditamos que a estratégia da TAZ possa servir, talvez, como àquela imagem ausente das resistências estratégicas de Foucault. Além disso, problematiza-la

⁵ Perguntado pela revista *High Times Magazine* (disponível em: <https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/cultura/14entrevistahakimbey.htm>, último acesso em 30 de junho de 2016) sobre sua origem e sobre quem ele era - logo após o sucesso do livro TAZ -, Hakim Bey, que durante algum tempo escondeu sua identidade, respondeu ríspidamente o seguinte: “A informação padrão (que é tudo o que falo) é que eu era um poeta da corte de um principado sem nome do norte da Índia, que eu fui preso na Inglaterra por um atentado anarquista a bomba e que eu vivo em Pine Barrens, Nova Jersey, em um trailer da Airstream (tradicional marca americana de trailers). Quando venho à Nova York fico num hotel em Chinatown”.

Como se pode ver, sabe-se muito pouco sobre a intimidade de Hakim Bey e percebemos nas palavras dele uma ausência de vontade de se revelar. Numa outra entrevista, entretanto, agora com o curador de arte suíço Hans Ulrich Obrist, cedida em 2010, Hakim Bey (2011b, p.131), mais à vontade por sentir-se ao lado de alguém com afinidades políticas próximas, revela-se um pouco mais, concedendo uma entrevista que veio a transformar-se num material de referência para o estudo de sua obra. Nela, Hakim Bey revela seu nome de origem (Peter Lamborn Wilson, sendo Hakim Bey seu pseudônimo), sua data de nascimento (1945) e o local de seu nascimento (Baltimore, EUA).

Hakim Bey começou seus estudos em História em 1965, na Universidade de Columbia, mas logo desistiu do curso para partir numa longa viagem pelo Oriente Médio, onde estudou tantra e visitou templos do sufismo. Em 1971, foi financiado pela fundação Marsden de Nova York, tornando-se pesquisador da Ordem Sufi Ni'mattullahi. Três anos depois, em 1974, foi diretor das publicações de língua inglesa da Academia de Filosofia do Império Iraniano, em Teerã (o que explica seus conhecimentos avançados em Filosofia, não somente em língua inglesa). Após a revolução iraniana, em 1979, voltou para os EUA, seu país de nascimento, onde desenvolveu a tese sobre a estratégia das *Zonas Autônomas Temporárias* (TAZ). Com o livro TAZ, tornou-se conhecido ao descrever a propagação de espaços autônomos temporários como tática de resistência e esvaziamento de poder em nome da liberdade. No início dos anos 1980, fez parte da associação *Autonomia*, sem fins lucrativos, que até hoje publica todos os seus textos nos EUA, além de filósofos contemporâneos renomados como Félix Guattari e Toni Negri.

a partir do pensamento de Foucault nos possibilita pensá-la através de um ponto de vista filosófico, e não apenas militante ou estritamente político.

TAZ (Zonas Autônomas Temporárias)

TAZ é apresentada por Hakim Bey (2011a) como uma estratégia política para a *experimentação da liberdade*. Criar condições para que a liberdade seja experimentada de forma imediata, ainda que temporariamente, é o seu objetivo único. Mas ela também pode ser interpretada como uma tática/estratégia de resistência política. Hakim Bey (Ibidem, p. 32) a descreve como sendo uma operação de guerrilha que não confronta o Estado diretamente, mas que se concentra em desarmar, num espaço de terra ou imaginação, as linhas de força dos poderes, ainda que no momento seguinte se desfaça para refazer-se num outro lugar – por este motivo sua dinâmica é essencialmente temporária. Ou seja: ataque e fuja, mas nunca reaja. Para que a TAZ seja praticada como resistência política é preciso extrair toda a carga reativa que a palavra "resistência" suporta – e, nesse sentido, postulamos haver pontos de concordância entre a estratégia da TAZ e a maneira como Foucault descreve as resistências contemporâneas como ações estratégicas.

A liberdade experimentada com a realização da TAZ não é um “resultado” (de lutas políticas, por exemplo), mas, antes, um “processo” de experimentação. Vejamos o problema levantado por Hakim Bey (2011a, p. 13), ao qual busca a TAZ ser uma resposta possível, para que estas primeiras afirmações sobre ela tornem-se lúcidas e/ou justificadas:

Estamos nós, que vivemos no presente, condenados a nunca experimentar a autonomia, nunca pisarmos, nem que seja por um momento sequer, num pedaço de terra governado apenas pela liberdade? Estamos reduzidos a sentir nostalgia pelo passado, ou pelo futuro? Devemos esperar até que o mundo inteiro esteja livre do controle político para que pelo menos um de nós possa afirmar que sabe o que é ser livre?

[...] Dizer “só serei livre quando todos os seres humanos (ou todas criaturas sensíveis) forem livres”, é simplesmente enfurnar-se numa espécie de estupor de nirvana, abdicar da nossa própria humanidade, definirmo-nos como fracassados. (BEY, 2011a, p. 13)

Nossa perspectiva de leitura acerca do texto de Bey (2011a) é de que o traço distintivo da TAZ não é o combate reativo aos poderes em busca de uma possível liberação do homem ou da humanidade, mas sim a afirmação da liberdade via práticas ou experiências criativas e constitutivas de si no tempo histórico presente e a partir das múltiplas relações de poder que o constitui e também nos constitui. Em suma, a TAZ é uma estratégia política que visa proporcionar experimentações práticas de liberdade hoje, no tempo presente, na atual economia das relações de poder e de nossas vidas.

A apresentação da TAZ é realizada desde o começo por Hakim Bey sob a afirmação de se tratar de uma estratégia política criativa: “O nosso argumento é que ela foi criada, será criada e está sendo criada” (BEY, 2011a, p. 43). Apesar de Hakim Bey identificar-se como anarquista e libertário, ele também é consciente da necessidade das práticas anarquistas se renovarem continuamente com o intuito de manter-se em sintonia com as motivações políticas do mundo contemporâneo. A própria formulação da hipótese da TAZ é reflexo dessa atualização do anarquismo: ela é uma estratégia anarquista, sim, mas, ao mesmo tempo, encontra-se em completa sintonia com a demanda política radical contemporânea e, inclusive, com elementos externos ao anarquismo propriamente dito. Trata-se, portanto, de uma estratégia direcionada para qualquer pessoa e não somente para militantes profissionais ou anarquistas.

O primeiro dos componentes que Foucault (2013, p. 277) descreve como sendo importante para as lutas ou resistências contemporâneas, e que se apresenta como igualmente importante para o exercício da TAZ, é o caráter da *transversalidade*; ou seja, elas não são limitadas a um país específico, mas podem ser exercidas em diversos lugares distintos e antagônicos, independentemente do regime político ou de governo do país em que se aspira praticá-la:

São lutas “transversais”; isto é, não são limitadas a um país. Sem dúvida, desenvolvem-se mais facilmente e de forma mais abrangente em certos países, porém não estão confinadas a uma forma política e econômica particular de governo. (FOUCAULT, 2013, p. 277)

A estratégia da TAZ compartilha do caráter transversal das novas lutas políticas, pois ela não pretende ser um modelo crítico ou contrário a nenhuma forma específica de governo político. Hakim Bey (2011a, p. 28) afirma a pertinência da sua criação tanto em sociedades capitalistas como socialistas. Trata-se de uma completa desconfiança da capacidade dos governos ou da política institucionalizada - desde o Estado democrático de direito até os regimes totalitários - em proporcionar processos de subjetivação ou simples experimentações de liberdade para os sujeitos ou indivíduos políticos.

A estratégia da TAZ não possui um seu lar fixo; ela não se encontra atrelada a nenhum projeto ideológico totalizante, isto é, que abarque a vida de toda uma sociedade ou de uma nação. Nenhum regime político a aceita de bom grado, mesmo para alguns anarquistas ela causa certo incômodo⁶.

As lutas políticas contemporâneas, ao qual sugerimos a TAZ como um exemplo, tem por objetivo a tecnologia política dos poderes sobre os indivíduos; este é o segundo componente apontado por Foucault em *O sujeito e o poder* (2013, p. 277). São lutas *imediatas* e críticas com relação aos poderes que lhes são mais próximos. Elas não esperam encontrar uma solução para o futuro, mas buscam fazer oposição às dominações a partir de práticas criativas temporárias e imediatas. Trata-se de responder ao imediatismo dos poderes com práticas de resistência e experimentações de liberdade igualmente imediatas.

São lutas “imediatas” por duas razões. Em tais lutas, criticam-se as instâncias de poder que lhes são mais próximas, aquelas que exercem sua ação sobre os indivíduos. Elas não objetivam o “inimigo-mor”, mas o inimigo imediato. Nem esperam encontrar uma solução para seus problemas no futuro (isto é, liberações, revoluções, fim da luta de classe). Em comparação com uma escala teórica de

⁶ É possível encontrar num relevante texto anarquista contemporâneo menções diretas à estratégia da TAZ e também à Hakim Bey de forma claramente pejorativa. Trata-se de uma crítica decisiva vinda do interior do movimento anarquista operário contra a estratégia política da TAZ, chamada de “prática política pós-modernista”. O livro em questão é o levantamento histórico e autocrítico do pensamento anarquista elaborado por Murray Bookchin (2011, p. 67), na sua obra intitulada de *Anarquismo: crítica e autocrítica*. Ao diferenciar o “anarquismo social operário” de um “anarquismo de estilo-de-vida”, Bookchin cita a TAZ como um exemplo dessa última modalidade de anarquismo: “Um dos exemplos mais enfadonhos do anarquismo de estilo de vida é a TAZ de Hakim Bey (também conhecido como Peter Lamborn Wilson). *Zona autônoma temporária* é uma joia da New Autonomy Series (a escolha do nome não é acidental, publicada pela pós-modernista Semiotext / Grupo Autonomia do Brooklin)” (BOOKCHIN, 2011, p. 67-68).

explicações ou uma ordem revolucionária que polariza o historiador, são lutas anárquicas. (FOUCAULT, 2013, p. 277)

No caso da TAZ, Hakim Bey (2011a) indica em todo o seu texto tratar-se de uma estratégia empírica e imediata: deve-se experimentá-la antes de especulá-la ou mesmo postulá-la. Postular é jogar para o futuro. Para uma temporalidade livre e imediata deve-se desvincular-se dos tempos passado e futuro. Para que haja uma experiência possível é preciso então se ater ao tempo presente e experimentá-lo livremente; situar-se nele e levar tal experiência ao limite, senão tratar-se-á de um simples desejo de liberdade: o corpo e a consciência ainda presos sonharão em se libertar e postular-se-á a existência de uma "libertação" futura, o que é bastante abstrato e demasiadamente teórico e esperançoso. A questão é se permitir e se esforçar para experimentar dos espaços que constituem o presente; espaços capazes de suportar ou oferecer práticas de liberdade; espaços existentes ainda que obscuros ou passíveis de criação imediata, onde a experiência deles e neles é paralelamente experiência autônoma de si.

Por fim, o último componente das lutas contemporâneas que abordaremos nesse artigo é o caráter da *horizontalidade*. Não se pode planejar uma realização da TAZ por completo previamente - respeitando a espontaneidade necessária - por um motivo específico: ela deve se exercer de forma horizontal e assim permanecer durante toda a realização. A experimentação da TAZ não deve e nem pode ser planejada por uma mente brilhante que se encarregará de toda a execução. Trata-se de uma completa e necessária recusa do líder ou do intelectual das massas.

Na conversa publicada em texto com Gilles Deleuze sobre a função do intelectual e da sua atuação política nas sociedades contemporâneas, Foucault (2012e, p. 131) fez afirmações interessantes para se problematizar e contextualizar a questão da horizontalidade e a perda da autoridade do exercício político do intelectual das massas - seja ele um sujeito humano ou uma instituição ou organização política, como os partidos e sindicatos.

A politização de um intelectual, segundo Foucault (Ibidem, p. 130), com o advento das sociedades industriais burguesas, acontecia tradicionalmente a partir de um duplo processo de

subjetivação. Em primeiro lugar, tratava-se de se tornar um sujeito politicamente ativo em meio a uma sociedade trabalhista, ocupada majoritariamente com a produção capitalista em massa, e sobretudo alguém resistente aos jogos de poder que o capitalismo nascente produzia, tendo, portanto, que se desembaraçar das taxações e acusações de vagabundo, subversivo, imoralista, maldito. Em segundo lugar, e justamente por ocupar estes papéis pouco desejáveis, seu discurso revelava uma determinada verdade desconhecida: a existência de relações políticas onde normalmente elas não eram percebidas pelo cidadão comum, ocupado com suas tarefas ordinárias; ou seja, a classe trabalhadora, o proletariado.

Portanto, reconhece Foucault (Ibidem, p. 131) que o “intelectual das massas” nas sociedades industriais burguesas era sim um dispositivo importante de mobilização e articulação política. Todavia, nas sociedades contemporâneas, esse dispositivo se descobriu ou começa a se descobrir ineficiente; pois as massas, elas não necessitam mais deles para saber e para agir. As massas, diz Foucault (ibidem, p. 131), elas sabem “perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles”, os intelectuais. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber: “Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade” (Ibidem, p.131). Agora, os próprios intelectuais fazem parte desse sistema de poder, a ideia que fazem de serem eles os agentes da “consciência” e do discurso faz parte efetiva desse sistema.

Considerações finais

Vimos na primeira parte do artigo que o pensamento de Foucault embora reconhecido pela denúncia e pelo diagnóstico de diversas formas e manifestações de poder, sustenta também uma concepção senão completamente nítida, pelo menos reconhecível das possibilidades concretas de resistências políticas. Em diversos textos que citamos, Foucault, como se viu, fez uso das expressões “resistência”, “resistências contemporâneas” e, por último, “lutas políticas contemporâneas”. Mais do que isso, Foucault descreveu as principais características disso que chamou de lutas ou resistências contemporâneas – tema principal

deste artigo -, a saber: transversalidade, imediatismo e horizontalidade. Na parte final do artigo, fizemos uso dessas características descritas por Foucault para problematizar algo que em princípio é externo (mas não alheio) à filosofia propriamente dita: a estratégia política e anarquista das *Zonas Autônomas Temporárias*, descrita por Hakim Bey - um pseudônimo literário do ativista estadunidense Peter Lamborn Wilson -, que parece refletir as características descritas por Foucault, servindo, portanto, como uma espécie de “imagem” para aquilo que, conceitualmente, o filósofo francês denominou de “resistências”.

Referências bibliográficas

BEY, Hakim. *Entrevista com Hakim Bey na High Times*. Disponível em: <http://ptbr.protopia.wikia.com/wiki/Entrevista_com_Hakim_Bey_na_High_Times>. Último acesso em 02 de julho de 2016.

_____. *TAZ: zona autônoma temporária*. São Paulo: Conrad, 2011a. Tradução de Renato Resende.

_____. Entrevista com Hakim Bey. In: OBRIST, Hans Ulrich. *Entrevistas: volume 4*. Belo Horizonte: Cobogó-Inhotim, 2011b. Tradução de Daniela Cerdeira.

BOOKCHIN, Murray. *Anarquismo: crítica e autocrítica*. São Paulo: Hedra, 2011. Tradução de Felipe Corrêa e Alexandre B. De Souza.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2011. Tradução de Claudia Sant' Anna Martins.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Tradução de Eduardo Brandão.

_____. Poderes e estratégias. In: _____. *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2012a. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Organização de Manoel Barros da Motta.

_____. Poder e saber. In: _____. *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2012b. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Organização de Manoel Barros da Motta.

_____. Foucault (verbete). In: _____. *Ditos e escritos V: Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2012c. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Organização de Manoel Barros da Motta.

_____. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: __. *Ditos e escritos V: Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2012d. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Organização de Manoel Barros da Motta.

_____; DELEUZE, G. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2012e. Tradução de Roberto Machado.

_____. O sujeito e o poder. In: __. DREYFUS, H; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2013. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro.

MIDDELAAR, Luuk Van. *Politicídio: o assassinato da política na filosofia francesa*. São Paulo: É Realizações, 2015. Tradução de Ramon Alex Gerrits.

PROUDHON, P. J. *Do princípio federativo e da necessidade de reconstruir o partido da revolução*. Lisboa: Edições Colibri, 1996. Tradução de Francisco Trindade.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Para citar este trabalho:

SANTOS, Alan dos. **RESISTÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS E EXPERIMENTAÇÕES POLÍTICAS: PROBLEMATIZAÇÃO FILOSÓFICA DA TAZ (ZONAS AUTÔNOMAS TEMPORÁRIAS)**. Revista Paidéi@. Unimes Virtual. OUTUBRO. 2016. Disponível em:

<http://periodicosunimes.unimesvirtual.com.br/index.php?journal=paideia&page=index>